

Devir Autónomo e Imprevisto: Por novos espaços de liberdade

Susana Caló

É a variação contínua que constituiu o devir minoritário de todo o mundo, por oposição ao Fato majoritário de Ninguém. O devir minoritário como figura universal da consciência é denominado de autonomia. Sem dúvida que não é utilizando uma língua menor como dialecto, produzindo regionalismo ou gueto que nos tornamos revolucionários; é utilizando muitos dos elementos de minoria, conectando-os, conjugando-os, que inventamos um devir específico, autónomo, imprevisto.³⁸

As línguas menores não existem em si: existem apenas em relação a uma língua maior e são igualmente investimentos dessa língua para que ela se torne, ela mesma, menor.³⁹

Deleuze e Guattari, *Mille Plateaus*

Quando em *Mille Plateaus* Deleuze e Guattari se referem ao projecto de *devir menor* enquanto constituição de uma prática revolucionária com o potencial de evadir a axiomatica do capital é para o investir de uma dimensão política que merece ser explorada, para além do campo da literatura em que foi inicialmente formulado⁴⁰. É neste movimento que se podem especular linhas de pensamento sobre a questão da relação entre espaço, política e emancipação a partir dos conceitos de *devir menor* e *minoria*. Neste âmbito, há duas ideias chave: primeiro, a virtude de questionar o critério epistemológico que define maiorias e minorias e, segundo, a qualificação de uma prática que toma lugar no seio do maior para o *menorizar*. A primeira e a segunda complementam-se na definição de uma prática orientada para a abertura de espaços de conexão à experiência múltipla do mundo,

38 Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980. *A Thousand Plateaus*, trad. Brian Massumi. London: Continuum, 1987, p. 118.

39 Ibid., p. 116.

40 Isto não quer dizer que no domínio literário devir menor não tenha um cunho político – pelo contrário, a enunciação da capacidade ética-estética-política da literatura é central ao projecto crítico-clínico de Deleuze e Guattari.

ou a criação de condições de possibilidade para outras formas de pensamento e de vida. Contudo, é importante notar que, como bem nota Maurizio Lazzarato⁴¹, o conceito de devir menor traduz o período das lutas da década de 1960, num ambiente em que se procurava encontrar linhas de fuga através de formações minoritárias à rigidez política dos grandes ajuntamentos sociais, institucionais e partidários. Ora, hoje em dia, passa-se um pouco a situação contrária. Ao passo que o modelo neoliberal se afirma duplamente, quer a um nível micropolítico, na captura da produção de subjectividade, quer a um nível macro-político, nas formas de estado e instituições ao seu serviço, tanto movimentos sociais como partidos, manifestam uma dificuldade de expressão e articulação que consiga conectar estes dois planos. É neste sentido que vale a pena reavaliar a questão do menor. Importa distingui-lo claramente de uma apologia do marginal, do pequeno, ou do não-institucional. É nessa medida que vamos enfatizar essa implicação mútua, em que a política é sempre uma micro e uma macro-política, pois parece-nos que se hoje o conceito é válido é porque convoca a necessidade de procurar formas de articulação e de formalização entre estas.

I.

Formulado no âmbito de um pensamento político da literatura através do estudo da obra de Kafka⁴², o conceito de *devir menor* refere-se ao processo pelo qual, num contexto dominado por uma língua hegemónica, se criam espaços e passagens para a variação e multiplicidade que não é reflectida nas formas de representação dominantes. Segundo a ideia de que “a unidade da língua revela uma manobra política” e que as línguas hegemónicas reforçam a homogeneização, a identidade e as “constantes de expressão ou conteúdo”, de acordo com um regime de representação, *devir menor* deve ser entendido como um tratamento da língua maior cujo propósito é de arrancar a língua às relações de poder que a aprisionam, para a re-conectar com a variação e heterogeneidade que caracteriza a experiência do mundo. Neste sentido, o menor ou o maior não dizem respeito a duas línguas, mas a diferentes tratamentos ou usos de uma língua. O que importa reter é que o maior determina o padrão ou a regra a partir da qual todos os outros usos são avaliados: implementa normas e leis, imanentes tanto ao conteúdo como à forma,

41 Entrevista não publicada, realizada a maio de 2013, Londres.

42 DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: Pour une littérature mineure*. Paris: Minuit, 1975.

que regulamentam não só as práticas discursivas, mas também comportamentos, formas de falar, de fazer e de pensar.

Parece-me então que face a esta homogeneização, o tratamento menor da língua encontra a sua mais alta justificação na premissa de que esta deve ser devolvida à multiplicidade do mundo para salvaguardar condições de possibilidade de enunciação e de formulação de novos problemas. Ou seja, a introdução de novos objectos de luta no espaço político.

Se retomarmos o ponto de vista de Deleuze e Guattari, a literatura menor implica uma capacidade de afectar a língua maior com um grau relevante de desterritorialização que provoca uma série de deslocamentos e renegociações que a confrontam com o seu próprio limite. No caso de Kafka este efeito deve-se a deslocamentos contextuais (em *Metaformose*, por exemplo) que produzem situações cuja natureza convoca simultaneamente a renegociação de estruturas familiares, económicas, burocráticas ou jurídicas. Este aspecto entende-se bem se seguirmos a proposta sugerida em *Mille Plateaus* de que a pragmática é a política da língua, isto é, que a língua não existe em si mesma, mas depende de factores externos a si própria ou pré-condições que permitem, ou não, a sua efectuação, em determinado campo social ou contexto, e em dado momento no tempo.

Ora, esta confrontação da língua com os seus limites expõe a rede de elementos da qual a efectuação de um enunciado depende, deste modo entendendo-se melhor a língua como um sistema dinâmico com quebras e transições, na fronteira de micro e macro-lutas que reflectem modulações de poder, num certo momento do tempo e revelam o contexto de relações de poder segundo as quais se a expressão é distribuída.

Se continuarmos a extrapolar o sentido político do enquadramento da língua nessa dinâmica de relações, então percebemos que, assim como o fechamento da língua sobre si própria neutraliza a sua potência política revolucionária (porque ofusca a sua dimensão colectiva e social), de igual forma o encerramento do escritor sobre si próprio anula a potência política da criação literária. Como tal, na perspectiva do menor, Deleuze e Guattari defendem que o verdadeiro escritor é aquele que força sobre si próprio uma potência de dessubjectivação da experiência ou uma elevação ao impessoal, como condição necessária para a articulação com a experiência colectiva (e singular) do mundo, assim como de uma ligação do individual ao social. Neste sentido, a noção de *agenciamento colectivo de enunciação*, também introduzida no livro dedicado a Kafka, é central para compreender o que se entende por literatura menor. O escritor não escreve sobre as coisas, nem

no lugar delas, mas escreve *com* o mundo ou em conjugação com o mundo – é, no fundo, essa a condição política da literatura.

Trata-se de defender que o fazer de uma língua não é uma coisa individual, mas diz respeito a um processo de criação colectiva, assim como a um processo de constituição de um colectivo. É também a esse respeito que Deleuze e Guattari propõem que a literatura menor inventa condições de possibilidade de um *povo por vir*, povo esse que está em falta.⁴³ Todavia, é fundamental entender que este povo não se refere a um grupo particular ou ideal, mas convoca a questão da política do *por-vir*, sinónimo de outras formas de vida, outros valores e outros modos de pensamento para os quais as condições de possibilidade de acontecimento têm de ser produzidas. No domínio da língua ou da expressão, isso implica garantir que a enunciação e a formulação de novos problemas sejam informadas por essa multiplicidade, e sensíveis à formalização de novos problemas. É esse movimento de *devir* que forja articulações entre vários regimes de poder, e que força o menor sobre o maior, que deve ser relevado (enquanto uma prática).

II.

Partindo destas considerações e tendo no horizonte a crescente mercantilização da cidade e do território que cada vez mais se afirma como uma tendência dominante com consequências directas sobre os modos de vida, tentarei agora sugerir a forma como a ideia de *devir menor* pode informar um pensamento e prática contra-hegemónicas do espaço e do território. Neste âmbito, a hegemonia diz respeito ao processo global em que a urbanização hoje promove a expansão do capital, estruturando tanto a cidade como o território de maneiras que geram não só exclusão social e discriminação, mas inevitavelmente resultam na afirmação de certas formas de relação com o espaço que acarretam como consequência o estrangulamento de muitas outras. E, com efeito, os aspectos anteriormente mencionados – desterritorialização da língua maior; elevação ao impessoal; conexão do individual ao social; agenciamento colectivo de enunciação – revelam-se dimensões importantes para pensar práticas espaciais e sociais comprometidas.

Mas há ainda dois aspectos que resultam da reflexão prévia e que devemos notar: o reconhecimento de que as formas de poder operam a diversos níveis, desde a produção de subjectividade aos modos de relação social; e a necessidade de inventar modos de articulação entre as dimensões subjectivas, movimentos

43 Esta articulação entre um tratamento menor e a noção de um povo por vir é melhor feita em *Cinéma 2: L'Image-temps* (1985), *Critique et Clinique* (1993) e *Qu'est-ce que la philosophie?* (1991) por relação com o conceito de fabulação.

sociais, formas de representação e instituições. É claro que a política não pode ser reduzida à dimensão maior das representações ou das instituições, pois passa também pelas formas de vida e processos de produção de subjectividade, quer seja pelo “modo como falamos” como por “aquilo que pode ser dito”. Ou seja, *a política é algo que se faz e se pratica*, atravessando tanto o tecido do individual como do social. Esta tomada de consciência é importante, pois a partir do momento em que a vida é tomada como objecto de poder, nela reside também uma força estratégica que pode ser canalizada para a resistência. Como disse Deleuze, “não é uma questão de nos preocuparmos ou de esperar pelo melhor, mas de encontrar novas armas”.

É evidente que os domínios materiais e espaciais são atravessados por relações de poder (de formas implícitas e explícitas) e necessariamente emitem regulamentações sobre os modos de relação social, valores e formas de vida. Por isso, o espaço não é, nem deve ser entendido, como um simples contentor pacífico e neutral das relações sociais, mas sim como um elemento activo, com o potencial de participar, tanto a um nível molecular, como molar, da singularização e renovação dos modos de relação social e cultural. Como explicou Guattari, a produção de subjectividade depende de uma série de factores polifónicos, espaciais e materiais, discursivos e não discursivos, significantes e assignificantes.

Assumindo como ponto de partida que as práticas de emancipação tomam lugar nos espaços que habitamos e são tanto produtoras de espaço como contingentes ao espaço, deveríamos ser capazes de operar uma análise dos lugares que habitamos, não só para identificar modos de organização rígidos e hegemónicos, mas também para os reformar. Estaríamos próximos do trabalho de crítica e análise institucional de Guattari e Jean Oury no espaço da clínica La Borde⁴⁴, onde se pode dizer que a estratégia era a de *menorizar* o espaço institucional enquanto modo de singularização e autonomização da diferença, e resolver um impasse entre uma horizontalidade e uma verticalidade puras de poder, ou entre processos topo-base e base-topo.

Nesta lógica, a questão que nos deveria orientar para pensar ideias de emancipação articuladas por práticas espaciais seria: de que modo é que estas podem gerar formas de habitar e de relação com o território que exponenciem processos de singularização e autonomização cívica? Teríamos de pensar uma

44 A primeira vez que tentei analisar as implicações sociais e políticas do trabalho desenvolvido na análise e crítica institucional foi através do estudo do caso da clínica La Borde em “Félix Guattari e o colectivo em La Borde. Notas para uma concepção da subjectividade para além do humano.”, em (dis)locations, ed. Gabriela Vaz Pinheiro e Fbaup, 2011.

economia do espaço e do território orientada para a emergência de concepções de liberdade, de igualdade e de justiça, capazes de constituir uma oposição crítica a critérios epistemológicos maiores.

Embora seja certamente possível definir certas minorias segundo um critério quantitativo⁴⁵, esta definição é tão errada quanto confundir a proposta do menor com a afirmação de espaços pequenos ou independentes, desligados da sociedade e tentativamente separados da realidade, em ruptura com as instituições e as estruturas de poder existentes. Não se trata de evitar qualquer tipo ou forma de identidade ou de representação – dessa forma anulando estrategizações formais chave à prática política. Pelo contrário, como sublinha Guattari, o menor deve *mobilizar uma prática de articulação*:

a conclusão deste tipo de transformações dependerá essencialmente da capacidade que tenham os agenciamentos criados para articular essas transformações com as lutas políticas e sociais. Se não se produzir essa articulação: nenhuma mutação de desejo, nenhuma luta por espaços de liberdade logrará dar lugar a transformações sociais e económicas a grande escala.” “*Fugas moleculares e movimentos não seriam nada se não voltassem às organizações molares para recombinar os seus segmentos, a sua distribuição binária dos sexos, das classes e dos partidos.*”⁴⁶

Inevitavelmente as lutas de emancipação social ocorrem às mais diversas escalas e nos mais diversos contextos, produzindo formas de identidade, de associação e de representação que se tornam a dado momento necessariamente maiores (desde o grupo ao partido). Mas por isso mesmo é necessário identificar modos de interacção do menor com o maior, que possam substituir a simples oposição (improdutiva) entre espaços “menores” vs “maiores”, “marginal” vs “institucional”, “formal” vs “informal”.

45 Como Deleuze e Guattari explicam: “Por maioria nós não entendemos uma quantidade relativa maior, mas a determinação de um estado ou de um padrão em relação ao qual tanto as quantidades maiores quanto as menores serão ditas minoritárias.” *A Thousand Plateaus*, p. 321. “Minoria e maioria não se opõem apenas de uma maneira quantitativa. Maioria implica a determinação de uma constante, de expressão ou de conteúdo, como um metro padrão em relação ao qual ela é avaliada. (...) A maioria assume um estado de poder e de dominação e não ao contrário (...) Certamente as minorias são estados que podem ser definidos objectivamente, estados de língua, de etnia, de sexo, com suas territorialidades de gueto; mas devem ser consideradas também como germes, cristais de devir, que só valem enquanto detonadores de movimentos incontrolláveis e de desterritorializações da média ou da maioria.” *A Thousand Plateaus*, p. 116-117.

46 *Ibid.*, p. 239

Neste âmbito, as práticas espaciais que se debruçam sobre as relações de trabalho, sobre o colectivo enquanto modo de criação, sobre protocolos de ocupação de espaços ou sobre as políticas do território e as suas determinações legais, são particularmente relevantes para imaginar possíveis práticas espaciais que intervenham no âmbito de diferentes relações de poder. E por isso é crucial prestar atenção também a modelos participativos promotores de outras formas de relação social que potenciem estas articulações.

Por outro lado, ao passo que é preciso não confundir metodologias participativas com ausência de arquitectura, é crucial ter presente o que sugere o arquitecto Teddy Cruz ao defender que “uma comunidade não será livre enquanto não for capaz de resolver criativamente as suas necessidades de habitação, de formas de sustentabilidade socioeconômica, as suas próprias concepções de espaço público, e os modos de relação com o território: no fundo a sua cultura cívica”.⁴⁷

III.

*“Devir-minoritário é um caso político, e apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica activa. É o contrário da macropolítica, e até da História, onde se trata de saber, sobretudo, como se vai conquistar ou obter uma maioria. Como dizia Faulkner, não havia outra escolha senão devir-negro, para não acabar fascista. Contrariamente à história, o devir não se pensa em termos de passado e futuro. Um devir-revolucionário permanece indiferente às questões de um futuro e de um passado da revolução; ele passa entre os dois. Todo devir é um bloco de coexistência.”*⁴⁸

Uma prática menor começa por reconhecer que o pensar do espaço e do território é um problema que diz respeito a todos. Tal como a invenção de uma língua diz respeito a um colectivo, e não apenas a um indivíduo ou a um regime de representação que se impõe de cima, também o espaço diz respeito a uma comunidade, em prolongamento com a construção da sua autonomia cívica. Só perspectivando as lutas em torno ao território enquanto lutas pela vida e enquanto sintomas destes agenciamentos colectivos é que podemos fazer passar a política pelo espaço, isto é, concebendo-o como território de existência. Deste modo, a politização do

47 Cf.: excelente discussão *on-line*, em particular, os comentários de Teddy Cruz aqui “Re: [-empyre-] Resilient Latin America: Reconnecting Urban Policy and the Collective’s Imagination, <http://www.mail-archive.com/empyre@lists.cofa.unsw.edu.au/msg04012.html>. (Acedido em julho de 2012).

48 A Thousand Plateaus, p. 322.

espaço não termina no espaço, mas prossegue apontando uma direcção para fora dele, indicando sempre a sua posição num regime transversal de relações de forças, que prefigura a sua capacidade de intervenção e afectação a diferentes níveis. Sem dúvida, a medida de afectação mútua é a medida política do espaço.

Por fim, reconhecer que a política se faz e se pratica nos espaços da existência como uma luta pela vida, implica reconhecer e defender que o direito ao espaço é também o direito à participação na invenção de um mundo. Uma participação que depende da construção de articulações produtivas entre uma micro e uma macropolítica.

Referências

CALÓ, Susana. *Félix Guattari e o colectivo em La Borde*. Notas para uma concepção da subjectividade para além do humano. In (dis)locations, ed. Gabriela Vaz Pinheiro e Fbaup, 2011.

CRUZ, Teddy. *Re: [-empyre-] Resilient Latin America: Reconnecting Urban Policy and the Collective's Imagination*. Disponível em: <http://www.mail-archive.com/empyre@lists.cofa.unsw.edu.au/msg04012.html>. Acesso em: jul. 2012.

DELEUZE, Gilles. *Critique et clinique, Les éditions de Minuit*. Paris, 1993. (coll. "Paradoxe")

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Kafka: Pour une littératuremineure*. Paris: Minuit, 1975.

_____. *Qu'est-ce que la philosophie?* Les éditions de Minuit (coll. "Critique"), Paris, 1991.

_____. *Mille plateaux*. Paris: Minuit, 1980. *A Thousand Plateaus*, trad. Brian Massumi. London: Continuum, 1987.

■..... Susana Caló escreve neste momento o doutoramento no Centre for Research in Modern European Philosophy (CRMEP), em Londres, com uma tese sobre a política da linguagem a partir de Gilles Deleuze e de Félix Guattari em que aborda as relações entre linguagem, semiótica e emancipação.